



**PRESERVAR E RECUPERAR O
MEIO AMBIENTE E SUA SUSTENTABILIDADE**

PRESERVAR E RECUPERAR O MEIO AMBIENTE E SUA SUSTENTABILIDADE

APRESENTAÇÃO



André Avelino

A necessidade de promover o desenvolvimento com sustentabilidade, assegurando a preservação do meio ambiente é um tema que vem se colocando com frequência na agenda governamental. Na Bahia, o Governo do Estado busca aliar as exigências de manter o crescimento econômico com o imperativo da preservação ambiental, através de um conjunto de políticas em execução, em conformidade com a diretriz estratégica “Preservar o meio ambiente e sua sustentabilidade”, prevista no Plano Plurianual 2008-2011.

Em 2011, a Bahia registrou um avanço importante em relação à preservação do meio ambiente, com a promulgação da lei que instituiu a Política de Educação Ambiental do Estado. Essa lei é uma antiga aspiração dos ambientalistas e foi construída a partir da realização de consultas à sociedade, particularmente aos educadores ambientais dos 26 Territórios de Identidade.

Com relação à gestão das bacias hidrográficas, um avanço marcante foi a conclusão do Plano Estadual de Recursos Hídricos, que vai contribuir para a preservação e o uso racional dos mananciais existentes na Bahia. Além disso, no ano de 2011 manteve-se em curso a elaboração e implementação dos planos de bacia, instrumentos de gestão fundamentais à preservação e sustentabilidade no âmbito fluvial.

Outra ação de relevo é o plano de recuperação das sub-bacias do rio São Francisco. Em sua execução, estão sendo investidos R\$ 19 milhões, mediante convênio com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, beneficiando as sub-bacias dos rios Grande e Corrente e a margem esquerda do rio Carinhanha.

O licenciamento ambiental é um procedimento essencial para a continuidade de empreendimentos produtivos, validado em arcabouço legal e procedimental dirigido à promoção da sustentabilidade ambiental. Em 2011, foram realizados mutirões com o objetivo de dar celeridade aos processos em tramitação no Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia - Inema, com a análise de mais de 800 processos.

O esforço de disponibilizar à sociedade informações efetivas sobre o meio ambiente vem sendo viabilizado pelo portal do Sistema de Informações Ambientais da Bahia, que, ao longo do ano, recebeu mais de 49 mil visitas de internautas brasileiros e de outros países. Além de oferecer informações de forma transparente e ágil, o *site* realiza a outorga *online* de serviços ambientais, agilizando o atendimento a solicitações.

O Governo do Estado tem dedicado à conservação ambiental atenção compatível com a sua importância no contexto atual de desenvolvimento, assim como nos cenários de médio e longo prazo. Nessa perspectiva, foram definidas e regularizadas áreas de proteção ambiental e encontra-se em andamento os planos de manejo das Áreas de Proteção Ambiental Serra Branca/Raso da Catarina, Bacia do Cobre/São Bartolomeu, Joanes-Ipitanga e o Parque Estadual Sete Passagens.

O instrumento da compensação ambiental tende a se tornar a principal fonte de recursos para implantação, consolidação e manutenção das unidades de conservação do Estado, contribuindo para a conservação da biodiversidade. Com essa finalidade, a Câmara de Compensação Ambiental está levantando as receitas potenciais e o estoque de compensações não recolhidas. ▲

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para a consolidação da educação ambiental enquanto política pública na Bahia, passos importantes foram dados com a promulgação da Lei nº 12.056/11, que instituiu a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, elaborada a partir de um processo de escuta popular em que milhares de educadores ambientais dos 26 Territórios de Identidade do Estado contribuíram para a construção do texto final.

Outras iniciativas relevantes no âmbito da educação ambiental em 2011:

- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria do Meio Ambiente-SEMA e o Ministério do Meio Ambiente-MMA, com o objetivo de desenvolver ações de educação ambiental com agricultores familiares no âmbito nas unidades de conservação do Estado, e apoio à gestão das Salas Verdes;
- Apoio pedagógico na elaboração de materiais de comunicação e formação para a “Campanha Bahia sem Fogo”, que tem como objetivo a prevenção e o combate aos incêndios florestais na Chapasda Diamantina e no Oeste da Bahia. A campanha está sendo coordenada pelo Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais da Bahia, constituído por representantes de nove secretarias estaduais, além de instituições municipais e federais;
- Em apoio ao Programa Pacto pela Vida, foram realizadas duas reuniões com lideranças do bairro Calabar, em Salvador, onde está instalada a base comunitária, para criar uma ação com o nome de Vozes do Calabar. A ação busca identificar atores e estruturas de apoio para mapear experiências socioambientais e estimular a formação de um fórum para o monitoramento e avaliação das intervenções que serão realizadas na comunidade;
- Fortalecimento das Salas Verdes existentes e criação de novas unidades nos bairros atendidos pelo programa;
- Realização de quatro oficinas de educação ambiental do Projeto Mata Branca, nos municípios de Curaçá, Jeremoabo, Contendas do Sincorá e Itatim, envolvendo 120 pessoas;
- Elaboração de edital de apoio a projetos de educação ambiental voltados para o enfrentamento de questões socioambientais pertinentes à realidade de cada um dos três biomas do Estado: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, bem como dos Territórios de Identidade Metropolitano de Salvador e da Chapasda Diamantina. O edital será lançado em 2012 e terá como objetivo apoiar dez projetos.



Alberto Coutinho/SECOM

Ecotrilha, Parque Metropolitano de Pituçu

GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A gestão dos recursos hídricos é uma importante estratégia para a sustentabilidade. Seu fortalecimento é um dos principais objetivos das recentes mudanças do sistema de meio ambiente. Neste segmento, tem ocorrido um significativo aprimoramento



Haroldo Pinho

Cachoeira da Pancada Grande localizada numa Área de Proteção Ambiental - APA no município de Ituberá

ramento dos instrumentos de gestão de águas. Seis comitês de bacia foram renovados.

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Dentre as atribuições dos Comitês de Bacias merece destaque a que trata dos problemas relacionados às águas dos rios, como poluição, outorgas (direito de uso) e conflitos decorrentes do uso, sempre em conformidade com a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Cada comitê está situado em áreas de atuação de uma das 25 Regiões de Planejamento e Gestão das Águas - RPGA existentes na Bahia. Em sua composição, figuram representantes do poder público, de povos indígenas, da sociedade civil (ONGs e comunidades) e dos usuários da água, seja para abastecimento humano, irrigação, energia elétrica, navegação, lazer, turismo ou pesca. Existem, atualmente, 15 comitês instalados, seis dos quais renovados em 2011.

PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS E DE BACIAS

Os planos de bacia têm sido valorizados como instrumento decisivo para a articulação das políticas de meio ambiente e de recursos hídricos. O conceito mais amplo de plano de bacia visa a articulá-lo às políticas Florestal, de Biodiversidade, de Mudanças Climáticas, de Combate à Desertificação, de Educação Ambiental e do Controle Ambiental.

A elaboração dos Planos de Recursos Hídricos fornece um importante instrumento norteador da gestão das águas na Bahia, facilitando ao órgão gestor e aos comitês de bacia hidrográfica a integração das ações e o cumprimento de suas atribuições legais, dentro do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

Encontra-se em elaboração o plano de bacia do Rio Salitre, e mais três em licitação: Rio Grande, Rio Corrente e Rio Paraguauçu, cujos termos de referência incluem os Planos de Recursos Hídricos, de Conservação da Biodiversidade e da Proposta de

Enquadramento dos Corpos de Água e Cadastro dos Usuários de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas. O Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH está em fase de revisão, com conclusão em 2012.

Foram realizados mutirões para dar celeridade na conclusão dos processos em trâmite no Inema, resultando na análise de 827 processos, com garantia da qualidade dos procedimentos, conforme indica a Tabela 1.

QUALIDADE AMBIENTAL

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS IMPACTANTES

O Licenciamento Ambiental Integrado, após a fase de implantação, permitirá a análise conjunta da licença, da outorga de direito de recursos hídricos, da autorização para supressão de vegetação, da aprovação da reserva legal e dos demais atos autorizativos associados a um mesmo empreendimento. O objetivo da integração é agilizar o processo de regulação ambiental e melhorar a qualidade da análise dos empreendimentos com ampliação da visão multidisciplinar.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS IMPACTANTES

Foram realizadas ações de fiscalização em empreendimentos e atividades com potencial poluidor/degradador em todo o Estado, como pesca proibida, desmatamento ilegal, incêndios florestais, extração ilegal de madeira, mineração irregular, Estação de Tratamento de Esgoto-EETE, Estação de Tratamento de Água-ETA, disposição irregular de resíduos sólidos, lançamento de efluentes sem tratamento, ocupações em Área de Proteção Permanente – APP, tráfico de animais silvestres, abatedouros clandestinos, emissões atmosféricas industriais, empreendimentos turísticos, hoteleiros e habitacionais clandestinos.

TABELA 1	OPERAÇÕES PARA ANÁLISE DE PROCESSOS	Bahia, 2007-2011
OPERAÇÃO	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	Nº DE PROCESSOS ANALISADOS
Operação Oeste	Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, São Desidério, Barra, Bom Jesus da LAPAs, Caetitê, Canápolis, Condeúba, Coribe, Malhada, Morro do Chapéu, Riacho de Santana, Santa Maria da Vitória, Sebastião Laranjeiras.	563
Operação Feira	Água Fria, Amargosa, Amélia Rodrigues, Antônio Cardoso, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Feira de Santana, Governador Mangabeira, Ibiquera, Ipirá, Itatim, Jaguaripe, Laje, Muritiba, Nazaré, Ouriçangas, Rafael Jambeiro, Santa Inês, Santa Terezinha, Santo Antônio, Santo Estevão, São Félix, São Gonçalo, Tucano, Ubaira, Varzedo.	154
Empreendimentos turísticos e hoteleiros	Andaraí, Belmonte, Cairu, Camaçari, Capim Grosso, Dias D'Ávila, Feira de Santana, Ibirapitanga, Ipiaú, Itacaré, Itapetinga, Jequié, Laje, Luís Eduardo Magalhães, Macarani, Maraú, Mutuípe, Nazaré, Palmeiras, Prado, Salvador, São Gonçalo dos Campos, Senhor do Bonfim, Serrinha, Simões Filho, Tanhaçu, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Vera Cruz.	74
Empreendimentos de infraestrutura e energia	Barra do Rocha, Campo Formoso, Eunápolis, Mucugê, Salvador, Sento Sé, Brumado, Caetitê, Camaçari, Casa Nova, Morro do Chapéu, Sobradinho, Teixeira de Freitas.	36
TOTAL		827

Fonte: SEMA/Inema

REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE RESERVA FLORESTAL EM PROPRIEDADES PARTICULARES

Em 2011, foram implantados dois sistemas de informação *online*: o Registro de Atividades Florestais - RAF e o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - Cefir. O primeiro atua como instrumento de monitoramento, controle e fiscalização das atividades florestais, com registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que exercem atividades na cadeia produtiva florestal, de acordo com padrões estabelecidos; o segundo consiste num banco de dados georreferenciado, tendo como finalidade monitorar as áreas de preservação permanente, de reserva legal, de servidão florestal, de servidão ambiental e das florestas de produção.

O Governo do Estado assinou com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra termo de adesão ao Plano Estadual de Adequação e Regularização dos Imóveis Rurais - Para, cujo objetivo é promover a adequação ambiental dos imóveis rurais do Estado, através da recuperação e regularização da reserva legal, das áreas de preservação permanente e regularização das autorizações, dos registros de licenças ambientais inerentes aos empreendimentos, em consonância com o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente".

Com o intuito de intensificar o Para, foi celebrada parceria entre a SEMA e a Associação de Agricultores Irrigantes da Bahia - Aiba, através do convênio nº 001/2011, visando à prestação de assessoria técnica aos proprietários de imóveis rurais da região Oeste da Bahia, tendo como meta a adesão de 1.000 proprietários rurais ao Plano de Adequação Ambiental.

Das 1.781 adesões à regularização de imóveis rurais obtidas em 2011, por meio de diversas parcerias, o convênio com a Aiba foi responsável por 65 propriedades cadastradas. Essas

adesões ao Para revestem-se de importância porque, além de identificar as propriedades rurais e seus passivos ambientais, elas darão subsídio à execução de um modelo sustentável para a região.

QUALIDADE DAS ÁGUAS

Em 2011, a rede de monitoramento da qualidade das águas dos rios do Estado foi ampliada de 217 para 315 pontos. As coletas são realizadas trimestralmente, sendo avaliados diversos parâmetros físicos, químicos e biológicos na matriz água. As informações do monitoramento são disponibilizadas à sociedade periodicamente, através de relatórios e acesso ao banco de dados (www.inema.ba.gov.br e <http://monitora.inema.ba.gov.br>) ou por solicitação ao Inema. O Quadro 1 detalha a finalidade de cada tipo de monitoramento da qualidade das águas.

MONITORAMENTO DE BALNEABILIDADE DAS PRAIAS E DA QUALIDADE AMBIENTAL NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS

No período de verão (novembro a março), a avaliação das condições de balneabilidade ocorre em mais de 73 praias do litoral baiano, sendo contempladas as da Costa dos Coqueiros (Litoral Norte), Costa do Dendê (Litoral do Baixo Sul), Costa do Cacau (Litoral Sul), Costa do Descobrimento e Costa das Baleias (Litoral do Extremo Sul), ilhas de Madre de Deus e dos Frades e praias da Baía de Todos os Santos.

Semanalmente são colocadas placas indicativas das condições de balneabilidade nas 34 praias de Salvador e Lauro de Freitas, para orientar a população sobre as condições de banho. As informações sobre as condições de balneabilidade são disponibilizadas em boletim semanal divulgado no *site* do Inema (www.inema.ba.gov.br) e em outros meios de comunicação.

QUADRO 1	MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS	Bahia, 2011
MONITORAMENTO	FINALIDADE	
Hidrometeorológico	Monitorar uma rede composta por 119 estações pluviométricas (medição de chuva) e 79 estações fluviométricas (medição de vazão dos rios) nas bacias do Semiárido (Itapicuru, Paraguaçu, Contas, Paramirim e Verde-Jacaré) e no Oeste (Grande, Corrente e Carinhanha).	
Pluviométrico	A rede pluviométrica gera dados sobre chuva e é automatizada com pluviógrafos registradores, com exceção da estação localizada na lagoa do Abaeté. São realizadas campanhas trimestrais para coletar os dados, armazenados nos registradores digitais, e efetuada a manutenção dos equipamentos e instalações.	
Fluviométrico	Gerar dados e informações sobre as descargas líquidas (vazão) e sólidas (sedimentos). A operação e manutenção são realizadas quatro vezes ao ano, conforme a ocorrência de chuvas no ano hidrológico.	
Hidrométrico	Inserir dados gerados na rede hidrométrica (chuva; nível, descarga líquida e sólida dos rios) no Banco de Dados de Recursos Hídricos – BDRH, para utilização nas atividades de gestão das águas. São também disponibilizados para pesquisadores, estudantes, produtores rurais, sociedade civil organizada, órgãos federais, estaduais e municipais.	

Fonte: SEMA/Inema

MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR

Um convênio assinado entre o Governo do Estado e a Petrobras permitirá a medição de opacidade (fumaça preta) emitida por veículos a diesel na Bahia. A partir dos resultados desta medição, também será possível realizar o monitoramento da qualidade do ar em locais de grandes entroncamentos rodoviários.

A iniciativa integra ações do Plano de Controle de Poluição Veicular – PCPV, que já concluiu suas diretrizes de implantação estabelecidas na Bahia. O sistema entrará em funcionamento em Salvador e Região Metropolitana, além dos municípios de Barreiras, Ilhéus, Juazeiro, Vitória da Conquista e Feira de Santana.

O monitoramento gera subsídios informacionais à elaboração de projetos e programas relativos à melhoria do transporte público e desenvolvimento de combustíveis menos poluentes. O período da medição é de cinco anos, contemplando inicialmente transporte de carga e coletivos.

A medição será realizada a partir de duas estações de monitoramento móvel, com uso de opacímetros (equipamento que mede a fumaça de veículo a diesel). O equipamento é montado no escapamento do veículo e a aferição é proces-

sada por meio de um *software*. A avaliação permitirá a verificação da quantidade do material particulado emitido por veículos como ônibus ou caminhões.

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Baía de Todos os Santos

A SEMA, em parceria com o Rotary Clube, realizou seminário comemorativo dos 510 anos da Baía de Todos os Santos – BTS, contando com a participação da sociedade civil e órgãos municipais e estaduais. Desse evento, resultaram proposições para a construção de agenda positiva, visando discutir medidas para a gestão sustentável da BTS e a formalização do Termo de Cooperação entre os Estados da Bahia e da Califórnia (Estados Unidos). O objetivo do Termo é garantir a troca de experiências e informações de interesse mútuo acerca da BTS e da Baía de São Francisco – BSF, para o desenvolvimento de ações através da SEMA e da agência de gestão da BSF, que apresentam semelhanças em relação às mudanças climáticas e ao aumento do nível do mar.

Na linha da proteção, existe o Programa de Gestão Integrada da Baía de Todos os Santos, que irá aprofundar o conhecimento sobre a BTS e contribuir com a recuperação e melhoria de sua qualidade

ambiental. As atividades têm como base quatro eixos: diagnóstico, monitoramento, controle e fiscalização e gestão socioambiental integrada.

Nesse sentido, iniciou-se em 2011, por meio de contrato com o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento – Ceped da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, diagnóstico amplo da qualidade das águas, que será a base para montagem da rede de monitoramento permanente da BTS. Os primeiros resultados serão apresentados em 2012.

A principal ação continua sendo através das operações de combate à pesca com bomba, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, com a Companhia de Policiamento e Proteção Ambiental – Coppa e com a Coordenação de Produtos Controlados da Polícia Civil – CPC/PC. Foram realizadas 26 operações de fiscalização e combate à pesca predatória com uso de explosivos, bem como a fiscalização em atividades industriais em todo o entorno da BTS.

Recuperação ambiental de sub-bacias do rio São Francisco

O projeto encontra-se em execução por meio de convênio, no valor de R\$ 19 milhões, firmado entre

a SEMA e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, com objetivo de desenvolver ações voltadas para o controle de processos erosivos e recuperação de áreas degradadas, nas sub-bacias dos rios Grande e Corrente e na margem esquerda do Rio Carinhonha. Foram aplicados recursos da ordem de R\$ 4,8 milhões, beneficiando a uma população de 288.283 habitantes dos municípios de Carinhonha, Santa Maria da Vitória, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Coribe.

Assistência técnica e extensão florestal

Em 2011, a SEMA deu continuidade à prestação de assistência técnica aos viveiros já conveniados, realizando cursos de capacitação em técnicas de produção de mudas e coleta de sementes para todos os parceiros conveniados. Dentre as ações desenvolvidas no período destacam-se:

- Programa Estadual de Restauração de Matas Ciliares e Nascentes – Permac – implementados 18 convênios com prefeituras e com a Uneb, com investimento da ordem de R\$ 301 mil, gerando trabalho e renda para cerca de 360 trabalhadores, sendo recuperados aproximadamente 45 hectares de áreas de matas ciliares e nascentes, com atividades de



Acervo SEAGRI

Recuperação de áreas degradadas e processos erosivos na Bacia do São Francisco

reforma ou construção de viveiros, plantio de mudas e cercamento, limpeza e proteção de áreas de matas ciliares;

- **Programa Iguape Sustentável** – consiste na sensibilização, mobilização e capacitação de gestores públicos e lideranças de povos e comunidades tradicionais em nove localidades da região do Baixo Paraguaçu e Baía do Iguape (municípios de Maragogipe, Cachoeira e São Félix), proporcionando melhoria da qualidade de vida a 3.600 habitantes;
- **Programa Viveiros** – produção de mudas de espécies florestais nativas, em parceria com prefeituras e Organizações não Governamentais-ONG.

Foi inaugurado, nesse ano, um viveiro em Lençóis com capacidade para ofertar 20 mil mudas produzidas, gerando 25 postos de trabalho diretos na produção no viveiro e em ações de recuperação florestal de áreas degradadas e restauração de matas ciliares e nascentes no município. Encontram-se em funcionamento outros 14 viveiros municipais de espécies nativas, com produção de 250 mil mudas, gerando postos de trabalho para cerca de 320 pessoas na produção no viveiro e em ações de recuperação florestal de áreas degradadas e restauração de matas ciliares e nascentes nos municípios.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO

Sistema Estadual de Informações Ambientais – Seia

Com a reforma instituída pela Lei nº 12.212, que dispõe sobre a reestruturação organizacional da SEMA, o Seia, instrumento da política estadual de meio ambiente e de proteção à biodiversidade tornou-se ainda mais efetivo para a gestão ambiental, com a incorporação do Sistema Estadual de Informações e Recursos Hídricos – Seirh, constituindo-se em um único sistema integrado, cujo

principal objetivo é possibilitar ao cidadão requerer licenciamento ambiental em um único ato, por meio de um processo que permitirá a análise integrada dos atos autorizativos.

Portal do Seia

O portal (www.seia.ba.gov.br) tem por objetivo funcionar como facilitador do acesso à informação ambiental para a sociedade, atuando como estimulador do conhecimento e da participação da comunidade na gestão ambiental local, além de cumprir a finalidade de disseminar informações sobre o meio ambiente. Em 2011, o portal alcançou o número de 49.296 visitas, dos quais 48.369 originárias do Brasil, sendo também registradas visitas a partir de países como Portugal e Estados Unidos, entre outros.

O serviço de outorga de recursos hídricos *online*, para a abertura e o processamento de requerimentos de direito de uso da água – para captação superficial e subterrânea e para o lançamento de efluentes –, contou com 1.684 solicitações em 2011.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO

O Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE é uma ferramenta de ordenamento territorial fundamentada nas características naturais, sociais e econômicas das regiões do Estado, habilitada a contribuir para o planejamento e gestão ambiental e territorial da Bahia, baseando-se num sistema de informações e avaliação de alternativas para orientação dos investimentos públicos e privados no Estado.

A elaboração do zoneamento é coordenada pela Secretaria do Planejamento-SEPLAN e pela SEMA, com participação de outras secretarias estaduais e entidades representativas da sociedade, contando com R\$ 9,2 milhões (aporte de R\$ 4,7 milhões da SEPLAN e R\$ 4,5 milhões da SEMA) para a sua implementação.

Em 2011, foi entregue um relatório básico (dentro uma série de estudos técnicos contratados ao consórcio Geohidro/Sondotécnica), com diagnóstico interdisciplinar sobre as realidades da macrorregião Litoral Sul, composta pelos Territórios de Identidade Baixo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul. Esse diagnóstico aborda as principais questões relacionadas às atividades humanas e seus impactos no território como qualidade ambiental, condições de vida, crescimento econômico, infraestrutura e capacidade institucional, consolidando o principal conjunto de subsídios e informações necessárias à elaboração do ZEEs e do Plano Mestre da macrorregião. Novos relatórios serão apresentados, de forma articulada com as demais macrorregiões e seus respectivos ZEEs e Planos Mestres, compondo o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado da Bahia.

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO COSTEIRO

Cabe ao Governo do Estado, através da SEMA, planejar e executar as atividades de gestão da zona costeira, em articulação com os municípios e com a sociedade. O Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia – Gerco/BA tem como objetivo ampliar, através de capacitações e articulações, a capacidade gerencial do Estado e dos seus 53 municípios da zona costeira, subdivididos em três setores: Litoral Norte (sub-setores Litoral Norte I e Litoral Norte II), Salvador – BTS e Litoral Sul (sub-setores Baixo Sul, Zona Cacauera e Extremo Sul).

Até 2011, 22 municípios baianos limítrofes ao mar aderiram ao projeto. Desses, quatro foram capacitados por meio de da metodologia do Projeto Orla, dos quais três já possuem o Plano de Gestão Integrada de Orla Marítima – PGI elaborado: Ilhéus, Conde e Entre Rios. Dentro dessa perspectiva, foi realizado, através de parceria entre o Gerco e o GAC, capacitação para técnicos das prefeituras de 25 municípios inseridos na área de abrangência do programa Gerco/BA, conforme o Quadro 2.

GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA

O Programa Gestão Ambiental Compartilhada – GAC atende a uma diretriz do Governo de apoio à descentralização da gestão pública, e tem por finalidade fortalecer a gestão ambiental em todo o Estado, por meio do desenvolvimento das estruturas municipais de meio ambiente.

Em 2011, foram realizadas oficinas em 80 municípios de nove Territórios de Identidade, com a participação de 426 técnicos e dirigentes municipais.

Com enfoque no processo de organização e ampliação da capacidade dos municípios baianos para a gestão ambiental, 38 municípios aderiram ao programa, ao longo de 2011, enquanto 20 outros estão com a competência para o licenciamento reconhecida pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – Cepam. Atualmente, a Bahia conta com 80 municípios reconhecidos.

QUADRO 2 MUNICÍPIOS CAPACITADOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO GERCO/BA		Bahia, 2011
CAPACITAÇÃO	MUNICÍPIOS	
Oficina de GPS	Cachoeira, Camaçari, Candeias, Entre Rios, Jandaíra, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Maragogipe, Pojuca, Santo Amaro, São Sebastião do Passé e Vera Cruz.	
Oficina de GPS e Leitura e Avaliação de Plano Diretor	Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Taperoá, Valença.	
Oficina de GPS e Leitura e Avaliação de Plano Diretor	Alcobaça, Belmonte, Itacaré, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz Cabrália.	

Fonte: SEMA

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DIVERSIDADE BIOLÓGICA

Unidades de Conservação Ambiental

Para a preservação da vegetação nativa, o Governo vem promovendo a criação e implantação de áreas protegidas no Estado, visando aumentar e efetivar a proteção dos remanescentes de áreas naturais com relevância ambiental. Os diferentes biomas e suas peculiaridades possuem grande representatividade nas Unidades de Conservação – UC de diferentes categorias de proteção em toda a Bahia: a proteção integral e o uso sustentável. Em 2011, foram regularizados 93,5ha de áreas em UC.

Planos de Manejo de Unidades de Conservação

O manejo de uma Unidade de Conservação implica em elaborar e compreender o conjunto de ações necessárias para a gestão e uso sustentável dos recursos naturais em qualquer atividade no

interior e em áreas do entorno, de modo a conciliar, de maneira adequada e em espaços apropriados, os diferentes tipos de usos com a conservação da biodiversidade.

A Lei nº 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, define o plano de manejo como um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, são estabelecidos o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Encontram-se em andamento os planos de manejo das Áreas de Proteção Ambiental–APAs Serra Branca/Raso da Catarina, Joanes-Ipitanga e o Parque Estadual Sete Passagens.

Parques Metropolitanos

Na Região Metropolitana de Salvador, os parques de Pituaçu e Abaeté, além das APAs da Bacia do Cobre/São Bartolomeu, Baía de Todos os Santos



Rafael Martins/SECOM

Reforma do Zoológico de Salvador

e Joanes-Ipitanga, estão sujeitos a intensa pressão demográfica e urbana, implicando numa atenção redobrada, no que se refere à demanda gerada por empreendimentos, segurança, fiscalização e atendimento ao público. Em atenção a essa demanda, foi elaborado e encaminhado um termo de referência para estudos de redefinição da poligonal e enquadramento de Pituauçu e Abaeté no SNUC, a ser realizado com recursos de Compensação Ambiental.

Parque Zoobotânico Getúlio Vargas

Foi inaugurado, no exercício de 2011, o setor de primatas do Zoológico de Salvador, tendo como objetivo criar, reproduzir e manter grupos de primatas de espécies que ocorrem na Mata Atlântica, viabilizando grupos estáveis e aptos para os programas oficiais de soltura. O público visitante tem apresentado incremento significativo nos anos recentes: quase 500 mil pessoas visitaram o Zoológico em 2011, como atesta o Gráfico 1.

Compensação Ambiental

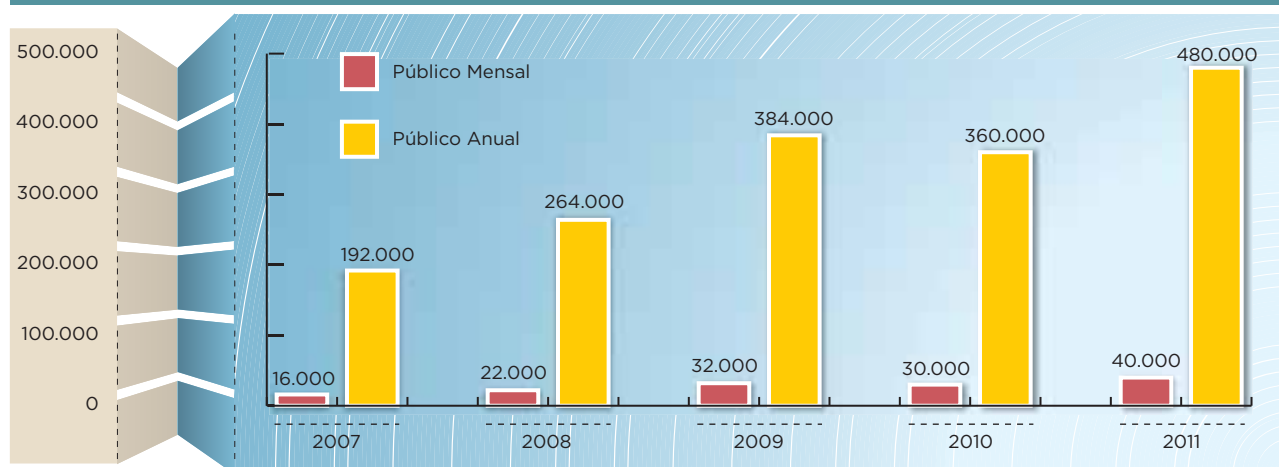
A Câmara de Compensação Ambiental, instituída em junho de 2010, está levantando as receitas potenciais e o estoque de compensações não recolhidas, assim como os procedimentos para cobrança. O fato é que o instrumento da compensação ambiental, associado ao efetivo funciona-

mento da Câmara, tende a se tornar a principal fonte de recursos para implantação, consolidação e manutenção das unidades de conservação do Estado, contribuindo decisivamente para a conservação da biodiversidade. No período, algumas ações mereceram destaque:

- Assinado o primeiro termo de compromisso com a Votorantim Cimentos, para viabilizar a elaboração do plano de manejo da APA-ww Joanes-Ipitanga, no valor de R\$ 272 mil;
- Captação de R\$ 640 mil da compensação ambiental do empreendimento pequena central hidrelétrica Sítio Grande, para a estação ecológica do Rio Preto, no Oeste baiano, recursos destinados à elaboração de plano de manejo, aquisição de equipamentos e contratação de serviços;
- Assinado termo de compromisso, no valor de R\$ 550 mil, para realização de diagnóstico socioambiental dos parques do Abaeté e de Pituauçu, visando à compensação ambiental do emissário submarino de Jaguaribe;
- Negociação com dez empreendimentos para captação da compensação ambiental, no valor estimado de R\$ 20 milhões, para a gestão das Unidades de Conservação.

GRÁFICO 1 | PÚBLICO DO ZOOLOGICO DE SALVADOR

Bahia, 2007-2011



Fonte: SEMA/Inema



Ações constantes da Secretaria do Meio Ambiente tem beneficiado as populações ribeirinhas e contribuído para preservação da biodiversidade locais

MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL E REESTRUTURAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Com o advento da Lei nº 12.212/11, foi criado o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia - Inema, unificando e agregando as finalidades e atribuições dos Institutos do Meio Ambiente - IMA e de Gestão das Águas e Clima - Ingá. O foco das mudanças é a integração dos instrumentos de gestão ambiental e recursos hídricos e o fortalecimento do controle ambiental. Com isso, a SEMA reforça o seu papel como órgão coordenador das políticas, o que permite ampliar a capacidade de prevenção, ação e reação que garantam a qualida-

de ambiental para as pessoas, a biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

O processo de reestruturação institui a desconcentração das funções administrativas como um dos pressupostos da política ambiental do Estado, permitindo que as unidades regionais, agora unificadas, deliberem, também, sobre a regularização de empreendimentos nas suas respectivas áreas de abrangência, contando com o realinhamento nos procedimentos operacionais e infraestrutura adequada para a realização de suas atividades. As unidades regionais estão localizadas de acordo com o indicado no Quadro 3.

QUADRO 3 UNIDADES REGIONAIS DE MEIO AMBIENTE		Bahia, 2011
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO SEDE	
Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor do Bonfim	
ChAPAsda Diamantina	Seabra	
Litoral Sul	Itabuna	
Extremo Sul	Eunápolis	
Sertão do São Francisco	Juazeiro	
Oeste Baiano	Barreiras	
Portal do Sertão	Feira de Santana	
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	
Bacia do Rio Corrente	Santa Maria da Vitória	

Fonte: SEMA/Inema



Projeto Sala Verde, na comunidade do Calabar

Biblioteca do Meio Ambiente Paulo Jackson

A biblioteca foi criada em 2011, a partir da integração dos acervos da biblioteca do Instituto do Meio Ambiente - IMA com a Biblioteca das Águas, do Instituto de Gestão das Águas e Clima - Ingá, autarquias que formam o atual Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia - Inema.

Disponibilizado acervo especializado nas ciências naturais, com ênfase em meio ambiente, recursos hídricos e áreas correlatas, a Biblioteca do Meio Ambiente Paulo Jackson conta com 17.300 publicações informacionais, em formatos impresso e digital, com possibilidade de *download* de arquivos.

Formação continuada e gestão do conhecimento

Com o propósito de contribuir para a construção de conhecimentos sobre o arcabouço legal e institucional que alicerçam o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sisema, contribuindo com a disseminação e o intercâmbio do conhecimento socioambiental, foram realizadas as capacitações elencadas no Quadro 4.

PROJETO DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DO BIOMA CAATINGA - MATA BRANCA

O Projeto Mata Branca foi concebido pelas secretarias estaduais do Meio Ambiente -SEMA e do Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR e Fundação Luís Eduardo Magalhães - Flem, em conjunto com o Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente - Conpam cearense.

O Projeto tem seus compromissos registrados no âmbito do Acordo de Doação firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird e a Flem, referente ao aporte de recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente - GEF, destinados ao Mata Branca, para o desenvolvimento de ações voltadas para a preservação do Bioma Caatinga dos Estados da Bahia e Ceará.

QUADRO 4	CAPACITAÇÕES REALIZADAS	Bahia, 2011
AÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO
Formação Continuada	Capacitar técnicos e gestores ambientais que atuam na fiscalização e regularização da propriedade rural	68 profissionais dos sistemas estadual e municipal do Meio Ambiente
	Capacitar técnicos e gestores da SEMA em identificação anatômica da madeira	90 técnicos e gestores ambientais
	Capacitar/mobilizar a equipe da SEMA para a implantação de curso em Educação a Distância	30 técnicos e gestores ambientais
	Curso da gestão de aquíferos	30 alunos da Universidade Federal do Recôncavo
Implantação do Projeto Diálogos Ambientais, cuja primeira edição ocorreu em novembro de 2011 com o tema Planejamento Ambiental e Desenvolvimento do Território	Contribuir para o aprimoramento das competências de técnicos e da sociedade civil que atuam na área ambiental	70 técnicos e gestores ambientais

Fonte: SEMA

No decorrer de 2011, prosseguiram as ações e atividades de fortalecimento das articulações institucionais, iniciadas em períodos anteriores, com associações comunitárias, ONGs locais e órgãos governamentais presentes nos municípios-alvos do projeto, situados no Bioma Catinga: Jeremoabo, Curaçá, Contendas do Sincorá e Itatim. Nesse ano, foi desencadeada a formulação de um plano de ação destinado a imprimir maior celeridade às atividades programadas, almejando atingir os indicadores de resultados estabelecidos no início do projeto.

O Plano Operativo Anual do Mata Branca totalizou, em 2011, recursos no valor de US\$ 4,9 milhões, sendo US\$ 3,5 milhões do Bird e US\$ 1,4 milhão da contrapartida do Estado e comunidades. Ao longo do ano foram contratados recursos do Bird da ordem de US\$ 2,6 milhões, tendo como contrapartida US\$ 542 mil.

O Projeto mantém parcerias com agências locais com o objetivo de fortalecer e ampliar a execução de suas atividades, mediante projetos demonstrativos na área de educação ambiental (hortas pedagógicas) e preservação e conservação dos recursos ambientais, entre outros. Cabe destacar as importantes parcerias firmadas para o desenvolvimento do Programa nos municípios a seguir:

Jeremoabo – Centro Nacional de Pesquisa para Conservação de Aves Silvestres – Cemave, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA;

Curaçá – Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – Irpaa, Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos;

Contendas do Sincorá – Escola de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Bahia – Ufba, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb (campus de Jequié e Vitória da Conquista);

Itatim – Ministério Público do Estado da Bahia e Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Por meio do seu plano de capacitação, o Projeto Mata Branca habilitou, em 2011, cerca de 357 agentes multiplicadores. Os eventos foram realizados nas áreas de Educação Florestal, Educação Ambiental, Saneamento Básico, Resíduos Sólidos e Combate a Incêndios Florestais, entre outras.

Sensibilizar os atores sociais para uma participação mais consciente no contexto da sociedade, questionando comportamentos, atitudes e valores, além de propor novas práticas é um dos principais propósitos do Mata Branca. A Tabela 2, a seguir, apresenta a situação das capacitações realizadas de janeiro a dezembro de 2011.

Um total de 600 agentes multiplicadores foram treinados no uso de estratégias de gestão integrada de ecossistemas e conservação da biodiversidade, enquanto 20 oficinas de disseminação realizaram-se na perspectiva das unidades de conservação. Foram promovi-

TABELA 2		MATA BRANCA - CAPACITAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES					Bahia, 2011	
NOME DOS EVENTOS	JEREMOABO	CONTENDAS DO SINCORÁ	CURAÇÁ	ITATIM	CEARÁ	TOTAL		
Educação florestal		25		37		62		
Política estadual de educação ambiental	30	22	30	45		127		
Saneamento básico e resíduos sólidos	27	26	36	25		114		
Oficinas de intercâmbio entre BA e CE					24	24		
Combate a incêndios florestais		30				30		
TOTAL						357		

Fonte: SEDIR/CAR



Carol Garcia /SECOM

Fábrica Termoverde produz energia de biomassa na Região Metropolitana de Salvador

dos, ademais, programas de capacitação dos conselhos gestores e de educação ambiental e oficina de sensibilização para o reconhecimento de Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN. E foram contratados 60 subprojetos demonstrativos, 21 dos quais em Curaçá, 14 em

Jeremoabo, 13 em Itatim e 12 em Contendas do Sincorá.

Na Tabela 3 observa-se a maior demanda de recursos voltados para os projetos da tipologia “Alternativas tecnológicas para um meio de sobrevivência sustentável”.

TABELA 3	MATA BRANCA - SUBPROJETOS DEMONSTRATIVOS	Bahia, 2011
TIPOLOGIA		VALOR (R\$1.000,00)
Reabilitação de áreas degradadas		424.727
Conservação e gestão da biodiversidade		205.684
Gestão de recursos de solo e água		298.291
Alternativas tecnológicas para um meio de sobrevivência sustentável		2.845.906
Desenvolvimento cultural e social		128.609
Fomento a incentivos ambientais		333.441
TOTAL		4.236.657

Fonte: SEDIR/CAR